

Agronegócio e Seletividade Espacial: Uma Região Produtiva do Agronegócio de Frutas no Semiárido¹

Agribusiness and Spatial Selectivity: A Productive Region of Fruit Agribusiness in the Semi-arid

Denise Eliasⁱ

Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza, Brasil

Resumo: Este artigo se apoia na tese de que o agronegócio no Brasil é um dos responsáveis pelo aumento da fragmentação de seu território e pela formação de regiões especializadas na produção de alguns produtos agrícolas. Como objeto de análise temos uma dessas regiões, hoje a principal produtora e exportadora de melão do país, localizada no Semiárido e composta por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte, cuja centralidade urbana principal é exercida pela cidade de Mossoró (RN). Concluímos que os agentes hegemônicos do agronegócio de frutas têm cada vez mais domínio sobre as terras da região, os trabalhadores, as esferas locais de poder, assim como sobre a produção não só do espaço agrário, mas também urbano e regional.

Palavras-chave: Uso Corporativo do Território; Especialização Regional; Relações Campo-Cidade; Semiárido; Brasil.

Abstract: This article is based on the thesis that agribusiness in Brazil is one of the driving forces behind the increasing fragmentation of its territory and the formation of regions specialized in the production of certain agricultural products. The focus of the analysis is one such region, currently the main producer and exporter of melons in the country, located in the Semi-Arid and comprising municipalities in Ceará and Rio Grande do Norte, with Mossoró (RN) as the primary urban center. We conclude that the hegemonic agents of fruit agribusiness increasingly dominate the region's lands, workers, local power spheres, and the production of not only agrarian space but also urban and regional spaces.

Keywords: Corporate Land Use; Regional Specialization; Rural-Urban Relations; Semi-Arid; Brazil.

ⁱ Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Líder dos grupos de pesquisa (CNPq) Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU) e da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI) e pesquisadora da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e Observatório das Metrôpoles (OM). deniseliasgeo@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8384-0990>.

Introdução

Esse artigo discute a tese de que o agronegócio globalizado é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro, especialmente desde os anos 1970, responsável pela expansão da urbanização e da (re)estruturação urbano-regional em várias partes do país (ELIAS, 2003a, 2022b). Desde então, a agropecuária brasileira passou por inúmeras metamorfoses calcadas no mesmo tripé destrutivo que sustenta o capitalismo no período histórico atual, quais sejam: uma permanente reestruturação produtiva, o neoliberalismo e o comando do capital financeiro.

Nesse ínterim, engendrou-se um modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária, intitulado de agronegócio, que correlaciona as condições locais em face dos imperativos da ordem global hegemônica, que transformou radicalmente as forças produtivas do setor, as relações sociais de produção e as possibilidades de uso e ocupação do espaço agrícola. Gerou-se, assim, novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital e para a realização da mais-valia mundializada associada à agropecuária, ampliando sobremaneira a corrida por terras e a dispersão espacial desse tipo de produção por todo o território nacional.

Entre os processos relacionados à dispersão espacial do agronegócio, temos a ocupação de muitas novas extensões de terras, estendendo sobremaneira as fronteiras agrícolas por todos os biomas do país, incluso áreas de matas e florestas, de preservação permanente, de povos originários, quilombolas etc. Nestas se deu intensa substituição das vocações naturais pelas imposições econômicas de grandes empresas e corporações transnacionais, que produzem especialmente *commodities*, matérias-primas para agrocombustíveis, frutas tropicais, entre outros, voltados em grande parte para exportação.

Para Milton Santos (1988, 1993, 1996, 2000), a globalização aumentou a dialética entre a ordem global e a ordem local. Por outro lado, a própria globalização produz a fragmentação do território, uma vez que os agentes econômicos hegemônicos atuam de forma extremamente seletiva, promovendo especializações territoriais produtivas. Entendemos, então, que isso explica, em parte, que paralelamente à dispersão espacial do agronegócio por todo o território brasileiro, tenha se processado um acirramento da divisão social e territorial do trabalho no segmento e gerado um conjunto de especializações territoriais a ele associadas.

Por outro lado, Santos (1996) afirmou que a divisão territorial do trabalho é uma das categorias analíticas internas do espaço e a região um dos seus principais recortes espaciais, da mesma forma que é por meio do lugar que o mundo pode ser empiricamente percebido.

Diante de tais afirmações, compreendemos que o estudo das especializações territoriais produzidas pelo agronegócio é primordial para nos ajudar a desvelar como se dá a produção do espaço a ele associado, assim como parte da própria economia política da urbanização brasileira dos últimos cinquenta anos. Essa sendo resultado tanto da herança histórica, quanto da economia, da sociedade e do território do agronegócio, segundo particularidades e singularidades do processo geral de urbanização brasileira.

Para a consecução do presente artigo, baseamo-nos em pesquisas realizadas nos últimos anos, que tiveram como objetivos principais reconhecer a reestruturação produtiva da agropecuária; as especializações territoriais produtivas inerentes ao agronegócio; a dinâmica das novas relações campo-cidade nas áreas de difusão do agronegócio; a dinâmica de (re)produção dos espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos inseridos em áreas de difusão do agronegócio; a economia urbana e as novas funções exercidas pelas cidades (de porte médio e pequenas), lócus da gestão do agronegócio em regiões de expansão desse segmento econômico; e o aumento da pobreza e das desigualdades socioespaciais nas respectivas cidades e regiões.

Como metodologia para a realização das pesquisas supracitas, adotamos os procedimentos clássicos de uma pesquisa científica na área de ciências humanas e sociais aplicadas, como pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de dados estatísticos, organização de uma hemeroteca segundo temas e processos de interesse e sempre tendo na realização de trabalhos de campo em áreas de difusão do agronegócio em todas as cinco grandes regiões do país um procedimento basilar.

O artigo é composto por três seções, além das considerações finais e desta introdução. Na primeira apresentamos uma discussão de como se engendram as especializações territoriais produzidas pelo agronegócio, que compreendemos são geradoras de processos de (re)estruturação urbano-regional, culminando na configuração de novas regionalizações em várias partes do território brasileiro, chamadas de regiões produtivas do agronegócio. Na segunda seção apresentamos uma dessas regiões produtivas do agronegócio localizada no Semiárido, especializada na produção de frutas tropicais, que desde final dos anos 1990 passa por significativos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e de difusão do agronegócio tendo se transformado na principal produtora e exportadora de melão do Brasil. Uma breve apresentação dos agentes hegemônicos do agronegócio de frutas na RPA analisada é objeto da terceira seção.

Seletividade Espacial, Regiões e Cidades do Agronegócio

Na presente seção, tratamos da fragmentação do território brasileiro associada à difusão do agronegócio, culminando em processos de especialização territorial produtiva, que evidenciam o uso seletivo do espaço, que provocam o incremento da urbanização e a promoção de (re)estruturação urbano-regional. Como resultado de tal processo, temos a formação de novos arranjos territoriais produtivos extremamente especializados na produção de alguns poucos produtos, em grande parte voltados à exportação. A tais recortes espaciais denominamos de regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2006, 2011, 2016, 2022b).

Para melhor compreendermos como se formam tais regiões, recordamos a noção de produtividade espacial trabalhada por Santos (1996). Segundo esse geógrafo, os lugares podem se distinguir por diferentes capacidades de oferecer rentabilidade aos investimentos produtivos. Essa é maior ou menor, em virtude tanto das condições locais de ordem natural e técnica, quanto organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, entre outros). Poderíamos dizer, então, que as distintas condições naturais, somadas

às diferentes composições dos sistemas de objetos e sistemas de ação² caracterizariam produtividades espaciais desiguais.

Como já destacado, os agentes econômicos hegemônicos atuam de forma extremamente seletiva, tendendo a buscar os lugares com mais possibilidades de maximizar o lucro. Isso efetivamente contribui para novas dinâmicas de diferenciação no território, acirrando a divisão territorial do trabalho e reforçando o fenômeno da especialização territorial produtiva. E no caso do agronegócio não é diferente, uma vez que sua dispersão espacial promove especializações territoriais por todo o país, apesar de muitas especificidades de acordo com as demandas de cada produto.

De maneira geral, por mais diversos que os espaços que recebem os investimentos produtivos do agronegócio sejam, em todos se observam determinados processos que contribuem para a intensificação da urbanização, tais como a chegada de novos agentes econômicos para atender às demandas em serviços e produtos para a realização do agronegócio, da mesma forma que da crescente população urbana; as inúmeras e complexas relações campo-cidade; a formação de novas cidades e a (re)estruturação de outras já existentes, assim como a (re)estruturação urbana-regional.

Uma característica basilar do agronegócio é uma crescente interdependência da produção agropecuária com os demais setores da economia, tais como com a produção industrial, seja a que produz os bens de produção para a agropecuária³, seja a que transforma a produção agropecuária⁴, assim como os segmentos de comércio e de serviços especializados demandados pelo agronegócio.⁵ Assim, para uma real compreensão das dinâmicas socioespaciais do agronegócio, os estudos com tal objetivo necessitam compreender esse caráter intersetorial.

Evidente está, então, que o agronegócio demanda um conjunto de atividades que se realizam na cidade. Como nos diz Carlos (2004), a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital. Assim, entendemos que, do mesmo modo, é na cidade que se processa parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio, como atividades de gestão, de uma gama diversa e complexa de serviços, de realização de comércio, de capacitação de mão de obra especializada etc. Bem como ela própria, a cidade, é resultado de todos esses processos.

Perante o exposto, considerando-se o complexo conjunto de atividades que compõem o agronegócio, é notório que seus sistemas de objetos e sistemas de ação não se localizam e nem se realizam somente no campo, mas também em espaços urbanos e de vários estratos da rede urbana brasileira.

Compreendemos, assim sendo, que as regiões produtivas do agronegócio (RPAs)⁶ são verdadeiros híbridos, formados por extensos espaços agrícolas, extremamente racionalizados que produzem principalmente *commodities*, bem como por espaços urbanos não metropolitanos (cidades de porte médio e pequenas) com funções especializadas para atender às demandas do agronegócio.

Internamente a uma RPA, é comum haver um conjunto de cidades especializadas no atendimento às demandas do agronegócio. Tais cidades se destacam por suas funções em grande parte inerentes ao oferecimento de respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, de logísticas e de mão de obra para o agronegócio, da mesma forma como de gestão regional deste.

Tais cidades possuem distintos níveis de urbanização e especialização funcional, mas são em especial cidades pequenas. Contudo, cidades de porte médio também se destacam, especialmente nas RPAs nas quais a divisão do trabalho do agronegócio se encontra já mais acirrada e a urbanização mais avançada, extrapolando as demandas mais imediatas do agronegócio.⁷

Muitas dessas cidades caracterizam-se como o que chamamos de cidade do agronegócio⁸. Entendemos que as cidades do agronegócio são forma, processo, estrutura e função para e da reprodução do capital do agronegócio, constituindo, portanto, pontos fundamentais na rede de relações econômicas, sociais, políticas e territoriais do agronegócio.⁹ Algumas são mais antigas e encontram-se em permanente processo de (re)estruturação (tal como Ribeirão Preto), enquanto outras já nasceram como fruto da difusão do agronegócio globalizado e da divisão territorial do trabalho por ele estabelecida (tal como Luiz Eduardo Magalhães, no oeste baiano).

Segundo Corrêa (2010), a especialização de uma cidade pode ser captada mediante a leitura de suas funções urbanas. Interpretamos que as cidades do agronegócio são especializadas devido às múltiplas demandas impostas pelos agentes hegemônicos do agronegócio, que têm poder de impor especializações econômicas e territoriais cada vez mais profundas.

Em virtude de cada *commodity* apresentar necessidades específicas de produtos e serviços (por exemplo, as da soja são diferentes das da cana-de-açúcar, que diferem das do milho que, por sua vez, são distintas das de produção de frutas tropicais etc.), as cidades do agronegócio são cada vez mais especializadas, a despeito de haver inúmeras similitudes entre elas.

Baseando-nos novamente em Corrêa (2006), na nossa percepção, parece-nos que podemos falar que nas RPAs observa-se a existência de certa hierarquia urbana e especialização funcional, sendo que a centralidade urbana, econômica e política é, em muitos casos, exercida por uma cidade de porte médio.

Resgatando e adaptando Sposito (2010) quando trata das cidades médias, pensamos que poderíamos dizer que as cidades de porte médio que comandam a gestão nas RPAs fornecem as melhores possibilidades para os estudos sobre as relações campo-cidade contemporâneas no Brasil.

No caso das cidades de porte médio que exercem centralidade urbana de amplas RPAs é comum desempenharem crescentemente funções clássicas de atendimento às demandas da população, como de saúde, educação e de um conjunto de outros serviços especializados, que por vezes podem até mascarar a importância do agronegócio na sua própria dinâmica econômica e socioespacial. Ou será que há dúvidas sobre a centralidade do agronegócio para a economia e a produção dos espaços urbanos de cidades como Ribeirão Preto (SP), Uberlândia (MG), Chapecó (SC), Passo Fundo (RS), Sinop (MT), Dourados (MS), Petrolina (PE), Mossoró (RN), entre outras?

É comum, também, ocorrerem alterações em relação à centralidade urbana exercida na escala da RPA, sendo frequentes as transferências de liderança entre as cidades. Da mesma forma, não é incomum que a centralidade urbana em uma RPA seja exercida por duas cidades, uma de porte médio e outra menor, como entendemos que é o caso da RPA objeto de estudo no presente artigo, comandada por Mossoró (RN) e Limoeiro do

Norte (CE). Outra RPA na qual é evidente esta realidade é a comandada pelas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (BA), que desempenham centralidade urbana de ampla região produtiva de grãos nos Cerrados nordestinos (ELIAS, PEQUENO, 2016).

Este duplo comando de uma RPA, em alguns casos, é resultado do processo de fragmentação territorial internamente à própria RPA, fruto do acirramento da divisão do trabalho, da mesma forma que das disputas de poder econômico e político por parte dos principais agentes do agronegócio, com intuito de buscar consolidar o próprio território. Entendemos que esse é o caso, por exemplo, da criação de Luiz Eduardo Magalhães, antigo distrito do município de Barreiras (BA) (ELIAS, 2006).

Por outro lado, depreendemos que o comando do agronegócio não se processa nas RPAs, que são somente o lugar do fazer do agronegócio, o lugar da extração das riquezas, da espoliação realizada pelos agentes hegemônicos do agronegócio. O lugar do comando efetivo do agronegócio se concentra nas principais metrópoles do mundo, o que indica que as cidades globais estão no topo da hierarquia da rede de cidades associadas ao agronegócio. É nas cidades globais onde se localizam, por exemplo, as sedes das corporações transnacionais, as matrizes dos fundos de investimento com atuação no setor, as bolsas de valores e mercadorias, entre outros (ELIAS, 2017).

Assim, as cidades do agronegócio, independente do tamanho e do nível de especialização que tenham, são somente um lugar na cadeia de comando imediato e subalterno da extração das riquezas, em parte exercida pelos próprios agentes locais aliados dos agentes hegemônicos transnacionais e constituem os nós inferiores na hierarquia da rede de cidades associadas ao agronegócio globalizado, que reúne das cidades pequenas às metrópoles regionais e globais.

No Brasil, a cidade de São Paulo é o núcleo da produção moderna, devido à sua maior integração ao sistema de relações globalizadas, o que também é válido para o agronegócio globalizado.¹⁰ Considerando a divisão internacional do trabalho, embora a cidade de São Paulo seja o epicentro do comando do agronegócio globalizado no Brasil, para as corporações transnacionais, a metrópole paulistana é somente um elo subalterno da cadeia de comando dessas corporações, cujas matrizes se localizam em seus países de origem. Tudo isso mostra que os estudos sobre o agronegócio devem ter caráter não só intersetorial, mas também multiescalar.

Nesse ponto, recordamos a teoria dos dois circuitos da economia urbana, desenvolvida por Milton Santos (1979), pois entendemos que o agronegócio é uma importante atividade partícipe do circuito superior da economia urbana da principal metrópole brasileira, como ocorre com várias outras metrópoles globais e de forma ainda mais evidente nas cidades que compõem as regiões produtivas do agronegócio, onde suas respectivas especializações são ainda mais visíveis, mesmo para os não estudiosos do tema.

Na seção seguinte apresentamos a região produtiva do agronegócio de frutas localizada no Semiárido, principal produtora e exportadora de melão do país.

Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Difusão do Agronegócio de Frutas

Durante séculos, parte significativa da agropecuária do Nordeste brasileiro foi calçada muito fortemente na pequena exploração voltada à subsistência; na estrutura fun-

diária extremamente concentrada, com grandes latifúndios; no uso extensivo da terra; na predominância de não assalariados sujeitos a várias formas de exploração e dependência, entre outras. Tais características, por ocasião de análises das transformações produtivas do setor no Brasil desde os anos 1970, fizeram com que vários pesquisadores classificassem a região como arcaica, quando comparada à realidade das demais regiões do país (SORJ, 1980; SILVA, 1982; DELGADO, 1985).

Mas, como já afirmaram outros estudiosos (MELO, 1978; ANDRADE, 1980; MENEZES, 1995), não existe apenas um Nordeste, mas vários e com profundas diferenciações entre si. Isso é ainda mais complexo e verdadeiro desde os anos 1990, quando a reestruturação econômica e territorial atingiu fortemente a região. A partir de então, reforçou-se internamente a realidade dialética, denotando-se alguns subespaços extremamente dinâmicos do ponto de vista econômico, como já alertava Araújo (1997, 1999, 2000). Entre estes destacam-se os que passaram a receber os investimentos produtivos associados ao agronegócio globalizado (ELIAS, 2001, 2002, 2003b, 2005).

Nesse contexto, o Semiárido,¹¹ notadamente alguns dos seus vales úmidos, à semelhança dos cerrados nordestinos, que até então compunham o exército de lugares de reserva¹², são incorporados aos circuitos produtivos globalizados de grandes empresas e corporações transnacionais do agronegócio. Compuseram-se, assim, novos arranjos territoriais, com produções extremamente especializadas, formando algumas regiões produtivas do agronegócio.

Nos vales dos rios Jaguaribe (CE) e Açu (RN) temos a região que serve de recorte espacial para o presente artigo, hoje importante produtora de frutas, especialmente melão, melancia, mamão e banana, responsável pela quase totalidade do melão produzido e exportado pelo Brasil, a qual denominamos de região produtiva do agronegócio de frutas, que tratamos na presente seção.

Esta região tem seus respectivos papéis na divisão interna e internacional do trabalho redesenhados. Utilizando-nos das ideias de Oliveira (2016), isto pode ser evidenciado, entre outros, através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária mundial, quais sejam, a territorialização do capital das corporações do agronegócio no espaço agrário nordestino e a monopolização deste por tais corporações.

Tais processos se mostram avassaladores em todas essas regiões desde então, com profundos impactos nos elementos sociais da estrutura agrária, notadamente considerando o aumento da concentração fundiária e as mudanças nas relações sociais de produção, com transformações radicais nas formas de uso e ocupação dos espaços agrícolas.

A RPA de frutas é composta por municípios limítrofes entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Engloba vasta área que inclui desde o baixo curso do rio Jaguaribe, um dos mais importantes do Ceará, até a porção nordeste da bacia do rio Piranhas-Açu, de igual importância para o Rio Grande do Norte, incluindo a Chapada do Apodi, no limite dos respectivos Estados.

Vale dizer que tal área guarda características bastante privilegiadas no que tange aos seus aspectos edafoclimáticos, em especial no tocante à rede hidrográfica e aos solos, extremamente importante para o Semiárido, marcado por secas periódicas e pela predominância de solos pedregosos pouco agricultáveis.

Evidencia-se já, aqui, uma das características que consideramos destacáveis de uma RPA, qual seja, a não obediência aos limites político-administrativos oficiais, sendo comum sua delimitação incluir áreas de diferentes estados da federação (ELIAS, 2011, 2016).

Uma primeira dificuldade que surge quando iniciamos o estudo de uma RPA é saber qual é a configuração espacial de tal região, considerando que os interesses das corporações do agronegócio não obedecem aos limites políticos administrativos impostos ao território. Da mesma forma, tal configuração é bastante fluída, estando sempre ao sabor das solidariedades organizacionais dominadas por interesses extrarregionais, essa também uma outra característica importante de uma RPA.

Feito tal destaque, indicamos que a região produtiva do agronegócio de frutas no Semiárido formada no limite dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte é, a princípio, composta por dez municípios, sendo metade em cada estado.¹³ Esses são os mais impactados pela reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio de frutas.

Durante séculos, a vida nos vales do baixo Jaguaribe (CE) e do Açu (RN) mantiveram suas economias fortemente alicerçadas na pecuária extensiva (bovinos, caprinos e ovinos), na agricultura de subsistência (principalmente milho, feijão, mandioca), no extrativismo vegetal (carnaúba, oiticica e castanha-de-caju) e na produção comercial de algodão. Essas culturas ocupavam a quase totalidade das terras cultivadas e eram responsáveis pelo maior percentual do valor bruto da produção agropecuária e realizadas com base na pequena produção.

A RPA era também uma tradicional produtora de frutas, o que contribuiu para a difusão do agronegócio da fruticultura. Mesmo que tal produção se realizasse, até então, praticamente toda em pequenos pomares nos quintais, formados junto às moradias, possuindo somente valor de uso, com um pequeno percentual visando à comercialização. Estudos realizados ainda nos anos 1960 pelos geógrafos Orlando Valverde (1961) e Pasquale Petrone (1960) comprovaram tal realidade. Destacavam-se, então, o melão, a melancia, a manga, o mamão, a banana, a castanha-de-caju, a laranja, entre outras frutas que já apareciam como produzidas na região.

Mas, desde os anos 1990, marcadamente de transformações neoliberais também na atividade agropecuária, houve uma radical mudança do discurso sobre as possibilidades econômicas do Semiárido nordestino, notadamente sobre os seus vales úmidos. A psicosfera do agronegócio (ELIAS, 2021) vem produzindo, desde então, um novo imaginário social sobre essas áreas, consideradas agora com muitas vantagens comparativas, para as quais se vislumbram amplas oportunidades para o agronegócio, em especial, de frutas tropicais.

Especialistas que atuam no setor da fruticultura tropical apontam como condições propícias ao incremento da produção de frutas de boa qualidade na região, as altas temperaturas; a forte luminosidade; a baixa umidade relativa do ar; a topografia plana que possibilita o emprego de mecanização agrícola; os solos de fácil manejo e excelente drenagem; a inexistência da mosca da fruta; a produção, durante o período da entressafra nos demais principais produtores mundiais; a logística de transportes, considerando a proximidade da região dos portos de Natal (RN) e principalmente do Pecém, na Região

Metropolitana de Fortaleza, os mais próximos da Europa entre todos os terminais marítimos brasileiros.

É essencial acrescentar às supracitadas vantagens, a grande quantidade de terras agricultáveis, até então com preços muito baixos, em especial comparativamente a outras partes do país; as possibilidades de utilização da água dos rios Jaguaribe e Açu, verdadeiros oásis no Semiárido;¹⁴ a grande quantidade de mão de obra, facilitando o barateamento da força de trabalho; as inúmeras políticas públicas federais e estaduais, de várias naturezas, voltadas a construir os sistemas técnicos e normativos para a difusão do agronegócio de frutas tropicais.

A ação do Estado foi e continua sendo imprescindível para a difusão do agronegócio de frutas na RPA, contrariando o recorrente discurso do Estado mínimo. Tal ação se dá diretamente através de construção de toda infraestrutura hídrica (perímetros irrigados públicos,¹⁵ barragens, canais de irrigação, açudes,¹⁶ programas de transposição de bacias hidrográficas etc., sistemas de objetos associados aos transportes (aerportos, portos, estradas de rodagem),¹⁷ da eletrificação rural, das telecomunicações etc. Mas o Estado também realiza ações indiretamente através das isenções fiscais, dos financiamentos das pesquisas agrícolas, entre várias¹⁸ outras ações.

Diante do exposto, por suposto está que podemos afirmar que a intervenção estatal regeu a adequação da produção e do território à reprodução ampliada do capital no agronegócio da fruticultura na região produtiva em análise. A atuação estatal se deu diretamente através das ações supracitadas, mas também de forma passiva considerando a não intervenção visando eliminar a desigual distribuição de terras no país, assim como criminalizando os movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra para plantar, mantendo intocável a estrutura agrária brasileira.¹⁹

Adaptando as palavras de Bursztyn (1984), diríamos que o Estado brasileiro foi tanto autoritário ativo, quanto autoritário por omissão para as transformações estruturais que se deram na atividade agropecuária e no espaço agrário.

Dessa forma, desde os anos 1990 com velocidade geométrica, intensifica-se o processo de territorialização de empresas e corporações nacionais e transnacionais do agronegócio de frutas no espaço agrário da RPA, assim como a oligopolização deste espaço, implantando a fruticultura em moldes empresariais com a expansão do agronegócio globalizado de frutas.

Observa-se, a partir desses processos, a substituição das vocações naturais pelas atividades econômicas impostas pelas grandes empresas e corporações associadas ao agronegócio; aumento da divisão territorial do trabalho e a formação de especializações territoriais produtivas cada vez mais articuladas à exportação.

Tudo isso se reflete nas dinâmicas socioespaciais em curso e explicam parte significativa das mudanças que se processam e já se refletem em alterações radicais nas formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com a substituição de culturas alimentares de subsistência, matas, florestas e pastagens naturais pela produção de frutas visando à exportação; nas mudanças nas relações sociais de produção, com a expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores, aumentando o êxodo rural; na formação de um mercado de trabalho agrícola formal, que tem no trabalho temporário precário, somente durante os períodos de safra, um de seus principais signos; no aumento da

concentração fundiária; em novas dinâmicas demográficas, tais como a chegada de trabalhadores especializados oriundos de outras partes do país, entre outros.

As mudanças se dão também com o aumento das relações campo-cidade, especialmente do campo com algumas cidades, tanto cearenses, quanto potiguares; no incremento do processo de especialização territorial produtiva; no crescimento da urbanização e das cidades inseridas na RPA, em termos demográficos e econômicos, com destaque para Limoeiro do Norte (CE) e Mossoró (RN).

De maneira evidente, a centralidade urbana da RPA em análise é exercida por estas duas cidades, Limoeiro do Norte, um centro regional no Ceará, e Mossoró, uma cidade de porte médio no Rio Grande do Norte. As duas exercem conjuntamente a centralidade urbana dessa região produtiva do agronegócio de frutas.

Ainda que a realização de uma comparação entre as duas cidades não seja nosso objetivo aqui, vale destacar que apesar das muitas diferenças entre as duas, no caso das funções inerentes ao agronegócio de frutas, efetivamente destacaram-se as complementariedades entre as cidades. Dessa forma, poderíamos afirmar, então, que o avanço da divisão do trabalho internamente a uma RPA acaba por propiciar a existência de certa hierarquia urbana e especialização funcional entre as cidades que a constituem.²⁰

Os Agentes a Frente do Agronegócio de Frutas

Empresas e corporações nacionais e transnacionais são os principais agentes associados à difusão do agronegócio de frutas na RPA em análise, assim como de resto em todas as RPAs no Brasil. Uma variável importante para comprovar as transformações que se aceleram desde então pode ser a propriedade da terra. Até a intensificação da territorialização do capital no espaço agrário da RPA em análise, havia o predomínio da pessoa física no processo de compra e venda das terras. Mas, desde meados dos anos 1990, houve a rápida substituição pela pessoa jurídica,²¹ com incremento geométrico do mercado e do preço das terras.

E como a forma de propriedade da terra é determinante para os regimes de sua exploração, a chegada das empresas e corporações na RPA é concomitante a muita expropriação de pequenos agricultores, assim como de expulsão dos que não detinham a propriedade da terra e produziam em regime de parceria em terras cedidas pelo proprietário que visava a obtenção de rendas pré-capitalistas, com a divisão (meia ou terça, por exemplo) da produção obtida, tão frequentes até aquele momento (ELIAS, 2006).

Isso já indica, de antemão, que entre as principais transformações observadas desde o processo de territorialização destes agentes no espaço da RPA, temos mudanças radicais nas relações sociais de produção. Estas se materializaram, entre outras, tanto na expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores de um lado e, de outro, na formação de um mercado de trabalho agrícola formal, até então pouco presente nessa região, que tem no trabalho temporário precário, somente durante os períodos de safra, um de seus principais signos.

Um dos agentes pioneiros na implantação do agronegócio da fruticultura na RPA foi a empresa Maysa, de capital local, que atuava especialmente na porção potiguar da estudada da RPA.²² Entre as transnacionais, a primeira a se instalar na RPA, ainda em

meados dos anos 1990, foi a Del Monte Fresh Produce. Esta empresa atua na fruticultura em mais de trinta países em todos os continentes e está entre as cinco mais importantes no mundo na sua especialidade.²³

A Del Monte iniciou sua produção na porção potiguar da RPA, mas rapidamente se implantou também em municípios do lado cearense. Durante a realização de trabalhos de campo, pudemos observar uma grande quantidade de interações espaciais (de trabalhadores, insumos para a produção, informação, mercadorias etc.), entre suas diferentes áreas produtivas distribuídas nos dois estados. Essa grande quantidade de fluxos entre os fixos inerentes à produção da Del Monte foi, na época, efetivamente, uma das evidências que tivemos da própria especialização territorial produtiva e, assim, da formação do que desde então passamos a denominar de região produtiva do agronegócio de frutas no Semiárido brasileiro.

Adotando a periodização como recurso de método (SANTOS, 1985), não temos dúvida em afirmar que a chegada da corporação representa um marco para qualquer periodização sobre a difusão do agronegócio de frutas na região. Desde então, várias outras empresas nacionais e transnacionais se territorializaram na região, promovendo intenso processo de reorganização da produção, das relações sociais de produção e de oligopolização de espaço agrícola.

É importante dizer que o segmento de produção de frutas na RPA hoje é bastante concentrado, dominado por algumas poucas empresas. Da mesma forma, é comum que as empresas, em determinados momentos, se associem para a realização de algumas atividades, assim como uma mesma empresa crie novos CNPJs,²⁴ subdividindo e especializando um conjunto de atividades antes reunidas em uma só empresa.

Outro aspecto também importante a ser destacado é que várias empresas antes atuantes na região já encerraram as operações, na sua totalidade ou em parte, como é o caso da própria Del Monte, que há poucos anos fechou suas atividades produtivas na região. Da mesma forma, algumas empresas são especializadas em algumas frutas e se concentram em determinadas porções da região, enquanto outras produzem uma diversidade maior de frutas e atuam em várias partes da respectiva RPA. Da mesma forma, algumas produzem somente para o mercado local e regional, enquanto outras especialmente para o mercado nacional e para exportação.²⁵

Não é possível aqui detalhar a realidade de todas essas empresas e suas práticas produtivas e espaciais na região. Mas daremos um exemplo a partir do qual é possível evidenciar a complexidade hoje existente na RPA de frutas no CE/RN. Trata-se da empresa Agrícola Famosa, uma das principais atuantes nessa região e a maior exportadora de melão do mundo.

A Agrícola Famosa é uma empresa de capital nacional, com três sócios oriundos de São Paulo, tendo iniciado suas atividades na região em meados dos anos de 1990. Hoje é uma das maiores produtoras de melões e melancias do Brasil e do mundo.²⁶ De acordo com dados da própria empresa, sua fazenda sede está situada 70% no município de Icapuí, no Ceará, e 30% em Mossoró, no Rio Grande do Norte.²⁷

Recentemente, já em 2022, a Agrícola Famosa ganhou grande destaque nacional quando passou a compor a lista de dois dos principais *rankings* das grandes empresas do agronegócio no Brasil. Ganhou o Prêmio Melhores do Agronegócio auferido pela revista especializada *Globo Rural*, alcançando o título de campeã no segmento de frutas frescas

e hortaliças.²⁸ Da mesma forma, entrou na lista das 100 maiores empresas do agronegócio no Brasil listadas pela quarta edição da *Forbes Agro100*.²⁹

Da sua sede corporativa instalada na cidade de Mossoró (RN) comanda a produção de um conjunto de doze fazendas distribuídas entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e mais recentemente outras quatro em Pernambuco e Piauí, que somam mais de 30 mil hectares. Uma parte desse montante é ocupado com os *packing houses*, que são grandes galpões onde as frutas são tratadas (limpeza e seleção), encaixotadas e armazenadas em câmaras frigoríficas.³⁰

Dos *packing houses* da Agrícola Famosa as frutas saem em caminhões frigoríficos para os mercados consumidores em várias partes do Brasil, por via rodoviária, e principalmente para outros países, via portos de Natal (RN) e especialmente do Pecém, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Esse último possui uma das mais modernas estruturas da região Nordeste para esse tipo de operação e é o porto brasileiro mais próximo do continente europeu. A distância média dos *packing houses* da empresa para o porto do Pecém é de 250 km.

Cerca de 70% do destino da produção da empresa é voltado à exportação. São milhares de toneladas de frutas exportadas para vários países europeus, principalmente, e mais recentemente também para os Estados Unidos, tendo atingido o cobiçado mercado da China em 2020.³¹ As exportações são feitas por navios equipados com câmaras frigoríficas, sendo que parte da frota de navios utilizada hoje é de uso exclusivo da empresa, que conta com o fretamento de seis unidades para tal objetivo.³²

Vale destacar que quando a empresa iniciou suas atividades na RPA possuía um montante cerca de dez vezes menor de terras do que possui hoje. Esse dado por si só evidencia consequências já destacadas da difusão do agronegócio de frutas na RPA, quais sejam, a substituição de culturas e mudança do uso do solo com o predomínio da produção de poucas frutas. Da mesma forma, o agravamento exponencial da concentração fundiária e a expulsão e expropriação de agricultores familiares.

Diferentemente do que ocorre com a produção intensiva de grãos, cuja colheita ocorre mecanicamente em sua quase totalidade, uma das características da produção de frutas na região é a alta demanda de mão de obra por ocasião da colheita, que se realiza quase toda de forma manual. Diante disso, no ápice da colheita,³³ a Agrícola Famosa contrata muitos trabalhadores temporários para esse período do ciclo produtivo. Nesses momentos, a empresa já chegou a somar, entre fixos e temporários, 7,5 mil trabalhadores, sendo parte dispensada nos períodos de entressafra.³⁴

Podemos observar, então, características das transformações das relações sociais de produção nessa RPA, quais sejam, de um lado a própria formação de um mercado de trabalho agrícola formal, até então pouco significativo na região, que se dá paralelamente à significativa precarização e sazonalidade do mesmo. Nessa RPA, muitos agricultores são totalmente expropriados e acabam migrando para a cidade, sendo que muitos se instalam nas periferias das cidades da região e terminam compondo, por vezes, o exército agrícola de reserva³⁵ das próprias empresas da fruticultura nos momentos de maior demanda de mão de obra, como nos períodos de safra.³⁶

Outros agricultores quando não expropriados, acabam por vezes transferindo parte da renda de suas respectivas terras para as grandes empresas através de contratos de co-

mercantilização, acirrando as formas de sujeição ao capital ou, como dizia Martins (1980), configurando-se não a sujeição real, a sujeição formal. Os contratos entre os agricultores e as empresas se caracterizam por um processo de sujeição do campesinato na medida em que o capital comercial controla os preços dos produtos da agricultura camponesa, o tipo de culturas produzidas e o modo de produzir.

Dissertação desenvolvida por Pinheiro (2014) chegou à conclusão de que a transferência da renda da terra na RPA de frutas em análise se dava especialmente por três formas: através de contrato de comercialização da produção; contrato de compra da produção; e contrato de compra e financiamento da produção.³⁷

Considerações Finais

Diante de todo o exposto, reafirmamos a tese de que o modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária preconizado com a globalização vem promovendo parte da urbanização do Brasil nas últimas cinco décadas, além de gerar muitas novas e complexas relações campo-cidade e processos de especialização territorial produtiva e de (re)estruturação urbano-regional. Entre os efeitos desses processos, temos a configuração de novas regionalizações, as quais denominamos regiões produtivas do agronegócio.

Por outro lado, os antigos esquemas utilizados para classificar sua rede urbana, as divisões regionais, as regiões metropolitanas e a hierarquia urbana necessitam de revisões capazes de dar conta da complexidade da realidade atual. Os estudos sobre os espaços urbanos não metropolitanos detentores de intenso dinamismo econômico, em diferentes regiões do país, com destaque para as cidades de porte médio, incluso inseridas em regiões produtivas do agronegócio, representam um dos caminhos necessários para avançar na compreensão da complexidade da realidade da urbanização brasileira contemporânea. Os resultados do Censo Demográfico de 2022 já dão prova desta realidade.

Em todo o país, as RPAs têm experimentado uma ocupação comandada por agentes econômicos exógenos extrarregionais, responsáveis por implantar novos processos econômicos e produtivos, assim como práticas espaciais totalmente associadas aos interesses de empresas e corporações transnacionais e de seus aliados nacionais.

Entendemos, assim, que as RPAs são regiões cada vez mais abertas às determinações externas e aos novos signos contemporâneos, dominadas por sistemas de objetos que conferem maior fluidez ao espaço regional, conectando-o diretamente com os locais de consumo e comando tanto em nível nacional, quanto mundial.

À vista disso, inequívoco está que as RPAs constituem regiões onde os capitais do agronegócio têm cada vez mais domínio sobre os meios de produção, as terras, a tecnologia, a logística, os trabalhadores, as esferas locais de poder,³⁸ assim como sobre a produção dos próprios espaços urbanos que as estruturam. Isso evidencia que as necessidades das corporações do agronegócio determinam não só as formas de produção do espaço agrícola, mas também urbano e regional.

Já constatamos a partir de diferentes pesquisas que nas RPAs as verticalidades predominam sobre as horizontalidades. Dessa forma, a solidariedade organizacional, dos

agentes hegemônicos do agronegócio, prevalece sobre a solidariedade orgânica, localmente e historicamente tecida, deixando irrefutável que, nessas regiões, sobressai o uso corporativo do território sob o comando das corporações do agronegócio globalizado.³⁹ Assim, este uso corporativo do território incrementa as desigualdades socioespaciais e a pobreza estrutural nas RPAs.

À face do exposto, inequívoco é que as RPAs em nada lembram a forma mais clássica inerente ao conceito de região, à forma como foi por longo período entendida e trabalhada pela Geografia. Na noção clássica de região, essa era dotada de certa autonomia, independente das relações com o restante do país e com o sistema mundial, assim como marcada por certa imobilidade dos fatores de produção, muito fechada em si mesma. Tais características em nada se assemelham às do que denominamos de regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2003a, 2011).

Compreendemos, em contrapartida, que as regiões produtivas do agronegócio nada mais são do que meras regiões do fazer⁴⁰ do agronegócio globalizado comandado pelas corporações transnacionais. Se as RPAs são territórios meramente do fazer, óbvio é que há uma dissociação entre elas e os lugares de comando do agronegócio, estes situados nas metrópoles globais.

Compreendemos, assim, que a RPA é a forma-conteúdo⁴¹ mais complexa do agronegócio no Brasil, da mesma forma que exemplo efetivo do uso corporativo do território brasileiro pelos agentes hegemônicos do segmento. Espaços agrícolas totalmente ocupados com a produção de *commodities* e cidades especializadas, extremamente segregadas e desiguais, são exemplos patentes dessa realidade.

Cabe aqui, então, repetir: que a difusão do agronegócio globalizado no Brasil é espacialmente seletiva, economicamente concentradora, socialmente excludente e ambiental e culturalmente devastadora. A crescente expansão do agronegócio, apesar de todo dinamismo econômico que possa gerar, tem promovido cada vez mais concentração de riquezas, pobreza estrutural, desigualdades socioespaciais no campo e na cidade (ELIAS, 2002, 2003b, 2006).

Como observado, boa parte da economia da RPA de frutas do Semiárido está alicerçada na apropriação privada de alguns bens naturais e na transformação destes em mercadorias. No caso que mais nos interessa evidenciar aqui, a terra e a água para a produção de frutas tropicais. Assim, o que existe de “moderno” é totalmente fundamentado nas velhas formas de apropriação da natureza. Isso corrobora para justificar o termo de neoextrativismo (SYMPA, 2019) para explicar a economia política do agronegócio da RPA que nos serviu de objeto de estudo, assim como de resto em todo o Brasil.

Referências Bibliográficas

ALBANO, G. P. *Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu (RN)*. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 29, p. 7-36, 1997.

_____. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, I. E. de et al. (Orgs.). *Redescobrimo o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 1999. p. 73-92.

_____. A questão regional e a questão nordestina. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: P. Abramo, 2000.

BEZERRA, J. *O mercado de trabalho agrícola formal nas áreas de difusão do agronegócio no nordeste do Brasil*. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

_____; ELIAS, D. Difusão do trabalho agrícola formal no Brasil e sua dinâmica multiescalar. *Investigaciones Geográficas* – Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, n. 76, p. 104-117, 2011.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano*. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAVES, M. L. *Agronegócio e urbanização: a rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura (RN/CE)*. 2016. 247f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

CORRÊA, R. L. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. *Cidades*, n. 11, v. 7, p. 1-11, 2010.

DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone; Unicamp, 1985.

ELIAS, D. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. *Geonordeste*, ano XI, n. 2, p. 79-99, 2001.

_____. (Org.). *O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)*. Fortaleza: Funece, 2002.

_____. *Globalização e agricultura*. São Paulo: Edusp, 2003a.

_____. A integração competitiva do Semiárido cearense. In: ELIAS, D.; FURTADO, J. L.S (Orgs.). *Modernização excludente*. Fortaleza: EDR, 2003b. p. 15-43.

_____. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. *Geografia*, v. 30, n. 2, p. 223-239, 2005.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In ELIAS, D.; PEQUENO, R. *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. p. 25-82

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (Anpur), v. 13, p. 153-170, 2011.

_____. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Cidades médias e região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 19-55.

_____. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. In: FERREIRA, A; RUA, J.; MATTOS, R. (Orgs.). *O espaço e a metropolização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 487-509.

_____. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), v. 25, n. 2, e-182640, 2021.

_____. Pensando a operacionalização de estudos sobre Cidades do Agronegócio. *Tamoios*, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022a.

_____. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. *Revista de Geografia* (Recife), v. 39, p. 290-305, 2022b.

_____. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. *Ciência Geográfica*, v. XXVI, p. 1003-1019, 2022c.

_____; MUNIZ, A.; BEZERRA, J. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 32-47, 2007.

_____; PEQUENO, R.; ROMCY, P. Rupturas na rede urbana e faces do mercado de trabalho. *Geotextos* (Online), v. 8, p. 2012-145, 2012.

_____; _____. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. S.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

_____; _____. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. *GEOgraphia*, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2016. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13727>

LOPES, F. Agrícola Famosa é campeã do “Prêmio Melhores do Agronegócio”, da *Globo Rural*. Valor, 1 dez. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2022/12/01/agricola-famosa-e-campea-do-premio-melhores-do-agronegocio-da-globo-rural-sembarreira.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2023.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.

MELO, M. L. *Regionalização agrária do Nordeste*. Recife: Sudene, 1978.

MENEZES, D. *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. 3. ed. Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar, 1995.

MUNIZ, A. Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe. 2004. 329 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

OLIVEIRA, A. U. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandê, 2016.

PETRONE, P. *A várzea do Açu*. São Paulo: AGB, 1961. 74f. Relatório realizado a partir de pesquisas de campo durante a XV Assembleia Geral da AGB, Mossoró, 1960.

PINHEIRO, E. B. Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

REVISTA EXAME. *Edição Especial – Melhores & Maiores. As 1000 maiores empresas do Brasil*. São Paulo: Grupo Abril, 2016.

ROMCY, P. O. O mercado de trabalho na região mossoroense (RN). 2011. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

SALOMÃO, R. Agrícola Famosa é a Campeã das Campeãs do Melhores do Agronegócio. *Revista Globo Rural*, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://globorural.globo.com/especiais/melhores-do-agronegocio/noticia/2022/11/agricola-famosa-e-a-campea-das-campeas-do-melhores-do-agronegocio.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SANTOS, M. *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana nos países sub-desenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

Denise Elias

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. G. *A modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SPOSITO, M. E. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Revista de Geografia*, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

_____; ELIAS, D.; SOARES, B. R. Uma rede de pesquisadores, sua pesquisa e o caminho compartilhado. In: SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional*: Passo Fundo e Mossoró. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 7-27.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

VALVERDE, O.; MESQUITA, M. Geografia agrária do baixo Açu. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 3, p. 3-40, 1961.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq o financiamento de pesquisas que deram embasamento para a redação do presente artigo.

Recebido em: 15/10/2023.

Aceito em: 01/02/2024.

Notas

¹ Este artigo integra a pesquisa *Urbanização Contemporânea: reestruturação e desigualdades socioespaciais*, edital 006/2018-Pronex da Fapesq/CNPq, sob coordenação geral de Doralice Sátyro Maia (UFPB).

² Sobre sistemas de objetos e sistemas de ação ver Santos (1996).

³ Sementes selecionadas, máquinas agrícolas, insumos químicos, rações, vacinas veterinárias, agrotóxicos etc.

⁴ As agroindústrias, tais como indústria de alimentos, bebidas, laticínios, agrocombustíveis etc.

⁵ A gama de produtos e serviços é extensa e sempre crescente: casa de venda de insumos químicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, serviços de marketing, logística, exportação, aviação aérea, empresas de aluguel de tratores, de contratação de mão de obra, centros de pesquisa e *startups*, entre muitas outras.

⁶ Visando evitar o uso excessivo do termo região produtiva do agronegócio, a partir desse ponto do artigo, mesclaremos o termo com o uso da abreviação RPA.

⁷ Lembrando que como já amplamente discutido, para a definição de cidades de porte médio não se estabelece necessariamente a partir do contingente populacional, mas notadamente por suas funções urbanas, pelos papéis que desempenham (SPOSITO, ELIAS, SOARES, 2010).

⁸ A noção de cidade do agronegócio é uma derivação de cidade do campo, proposta por Milton Santos (1988, 1993, 1994, 2000). Utilizamos essa noção por cerca de 10 anos, mas, desde o final dos anos 1990, preferimos substituí-la por cidade do agronegócio, para melhor explicitar a quais agentes e interesses a produção dessas cidades se associam, buscando melhor consolidar conceitualmente essa noção. Sobre o tema pode ser visto Elias (2022a, c).

⁹ Sobre estrutura, processo, função e forma ver Santos (1985).

¹⁰ Como exemplo, podemos citar a localização dos escritórios corporativos das 50 maiores empresas do agronegócio no Brasil, uma vez que 50% deles estão localizadas na cidade de São Paulo (EXAME, 2016), muitos no eixo das avenidas Faria Lima e Engenheiro Luiz Carlos Berrini.

¹¹ O Semiárido brasileiro engloba vasta área da região Nordeste do Brasil, no qual estão inseridas partes dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e uma parte do Sudeste do Maranhão, além do Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Caracteriza-se por ser uma região populosa e economicamente mais pobre do que outras partes do país.

¹² Sobre a noção de exército de lugares de reserva ver Santos (1993).

¹³ No Ceará temos os municípios de Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Icapuí e Aracati e, no Rio Grande do Norte, Mossoró, Açu, Ipangaçu, Baraúna, Alto do Rodrigues e Ipangaçu.

¹⁴ Muito importante destacar que a produção de melão é altamente exigente em água e que a RPA de frutas em análise é totalmente inserida no Semiárido e que o incremento da produção dessa fruta tem trazido graves problemas de acesso à água para parte da população da região, ocasionando inúmeras disputas e conflitos socioambientais.

¹⁵ No Brasil, os perímetros irrigados públicos são um fenômeno praticamente exclusivos do Nordeste. Infelizmente não será possível aqui discorrer sobre eles. Sobre o tema pode ser visto Elias (2003b).

¹⁶ Como a barragem Armando Ribeiro, no lado potiguar da RPA, concluída em 1983, que perenizou o rio Açu, ampliando sobremaneira as possibilidades para a atividade agrícola, ao permitir a irrigação, tão importante para a atividade se realizar no Semiárido.

¹⁷ Entre os principais fixos associados ao deslocamento das frutas podemos aqui indicar a popularmente chamada Estrada do Melão e o Porto do Pecém (RMF), respectivamente, os principais meios rodoviário e portuário para o escoamento do melão, construídos na primeira metade dos anos 2000.

¹⁸ Na cidade de Fortaleza (CE) existe uma unidade da Embrapa especializada em pesquisas sobre fruticultura tropical.

¹⁹ Existe hoje um conjunto de projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que visam aprofundar as formas de criminalização dos movimentos sociais (ELIAS, 2021).

²⁰ A tese de Chaves (2016) aprofundou esse tema como questão principal de pesquisa.

²¹ Comprovação disso para o lado potiguar da RPA pode ser visto em estudo realizado por Albano (2005).

²² Essa empresa oficialmente deixou de existir desde o início do ano de 2000.

²³ Informações sobre a empresa estão disponíveis em: <https://delmontebrasil.com.br/>.

²⁴ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

²⁵ Entre as principais empresas e corporações que já atuaram ou que ainda atuam no agronegócio de frutas na região produtiva do agronegócio cuja centralidade urbana principal é Mossoró (RN) e Limoeiro do Norte (CE), citaríamos: Frutacor, Nolen, Potyfrutas, Dunas, Agrosafra, Agrosol, Bessa, Tecnagro, Rafitex, Alba, Viva Agroindustrial, Fazenda Santa Júlia, Cristal, Mata Fresca, P.H., Multiaagro, J, Pereira, J. S. Salute, Lessa, Ferrari, Soagri, Agropecuária Modelo, Otani, Agro-Oriente, E.W

Empreendimentos Agrícolas, Frupec, Melão Doçura, Agropecuária Nascente Ltda., Agrofruta Aracati Ltda., Copam Agroindustrial Ltda, W.G., Fruticultura, Itaueira Agropecuária, Intemelon, Finobrasa, Fyffes Pineapples Limited, W.G. Fruticultura, Agrosol Agricultura, Frutas Novo Horizonte Ltda, Agrosol Agrícola de Mossoró Ltda, WG Fruticultura Produção e Distribuição Ltda, Brok Fresh Fruit, Tropical Nordeste, Banesa, Agrícola Famosa, entre outras (ELIAS, 2006; ELIAS, PEQUENO, 2010; CHAVES, 2016).

²⁶ Mas produz também melancia, com e sem caroço, maracujá, banana e mamão formosa. No caso do melão, produz diversos tipos, entre os quais: melão cantaloupe italiano, cantaloupe americano, pé-de-sapo, galia e amarelo.

²⁷ Informação disponível no site da empresa: <https://agricolafamosa.com.br/agricola-famosa/>. Acesso: 30 mar. 2023.

²⁸ Disponível em: <https://globorural.globo.com/especiais/melhores-do-agronegocio/noticia/2022/11/campea-das-campeas-agricola-famosa.ghtml>. Acesso: 30 mar. 2023.

²⁹ Leia mais em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/01/lista-forbes-agro100-2022-as-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro/>

³⁰ Na internet é possível ter acesso a vídeos de *packing houses* da Agrícola Famosa, tais como o disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=469810970840070>. Acesso: 25 mar. 2023.

³¹ Visando mais e melhor se aproximarem dos mercados consumidores, especialmente europeu, recentemente a empresa abriu um escritório na Inglaterra (Melon & Co).

³² Disponível em: <https://globorural.globo.com/especiais/melhores-do-agronegocio/noticia/2022/11/campea-das-campeas-agricola-famosa.ghtml>

³³ O melão é produzido na região durante todo o ano. Mas a produção maior se dá entre os meses de agosto e março.

³⁴ Dados para o ano de 2022.

³⁵ Fazendo um paralelo com a conceito clássico de exército industrial de reserva de Marx.

³⁶ Orientamos algumas dissertações que tratam de forma detalhada de diversos aspectos que envolvem as mudanças das relações sociais de produção na atividade agropecuária na RPA em estudo (MUNIZ, 2004; BEZERRA, 2008; ROMCY, 2011). Sobre o tema pode ser visto também Elias, Muniz, Bezerra (2007); Elias, Pequeno, Romcy (2012); Bezerra, Elias (2011).

³⁷ Para tanto, teve como objeto de análise um conjunto de pequenos produtores em Quixeré (CE), Baraúna e Ipangaçu (RN).

³⁸ É comum que agentes locais do agronegócio ocupem cargos no executivo e no legislativo municipais, como prefeitos e vereadores.

³⁹ Sobre horizontalidades e verticalidades, solidariedades orgânicas e organizacionais, uso corporativo do território consultar Santos (1979, 1993, 1996, 2000).

⁴⁰ Sobre o termo pode ser visto Santos (1993).

⁴¹ Sobre as formas-conteúdo ver Santos (1996).